

DECLARAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA ESCOLAR

A Escola _____, localizada na _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, representada neste ato por seu(a) Diretor(a) _____, declara para os devidos fins que o(a) aluno(a):

Nome completo: _____

Data de nascimento: ___/___/_____

Filiação: _____

Estava regularmente matriculado(a) nesta instituição no ano letivo de _____, na(s) série(s)/ano(s): _____, na turma: _____.

Que, a pedido do(a) responsável legal do(a) aluno(a), está sendo autorizada a transferência escolar para outra instituição de ensino, conforme legislação vigente e normas educacionais aplicáveis.

Declara ainda que o(a) aluno(a) encontra-se com a documentação escolar atualizada e em conformidade com os requisitos legais, estando com as seguintes pendências (se houver):

A presente declaração é emitida para fins de comprovação da transferência do(a) aluno(a) acima mencionado(a) para outra instituição de ensino, de acordo com o disposto na Resolução CNE/CEB nº 1, de 16 de junho de 2010, e demais normativas aplicáveis do Ministério da Educação.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) Diretor(a)

Assinatura do(a) Responsável Legal

Carimbo da Instituição

Observações adicionais:

Declaro ainda que esta transferência não implica em nenhuma dívida financeira pendente com esta instituição, salvo as devidamente acordadas e descritas em contrato.

A instituição receptora deverá confirmar junto à instituição cedente a veracidade desta declaração e solicitar, se necessário, documentos complementares para a efetivação da matrícula do(a) aluno(a).

Esta declaração é válida para todos os fins escolares e legais relacionados à transferência do(a) aluno(a).

Fonte original deste documento:

<https://modelo-jus.com/declaracao-de-transferencia-escolar/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelo-jus.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.